

**13743 - O programa paranaense de certificação de produtos orgânicos: experiências passadas e atuais na região Oeste do Paraná**

*The paranaense certification program for organic products:  
past and present experiences in Western Parana*

CONSTANTY, Hadrien François Pierre-henri<sup>1</sup>; TOILLIER, Sandra Luisa<sup>2</sup>;  
HERRMANN, Daniela da Rocha<sup>3</sup>; WENGRAT, Ana Paula Gonçalves da Silva<sup>4</sup>;  
GARCIA, Regina Conceição<sup>5</sup>

1 UNIOESTE, [hadrien.constanty@gmail.com](mailto:hadrien.constanty@gmail.com); 2 UNIOESTE, [sandratoillier@gmail.com](mailto:sandratoillier@gmail.com); 3 UNIOESTE, [danihermann85@yahoo.com.br](mailto:danihermann85@yahoo.com.br); 4 UNIOESTE, [apgsilva\\_bio@yahoo.com.br](mailto:apgsilva_bio@yahoo.com.br); 5 UNIOESTE, [garcia.regina8@gmail.com](mailto:garcia.regina8@gmail.com);

**Resumo:** A Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná via o “Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos”, criou em 2009 uma rede de certificação, em parcerias com oito universidades públicas e o TECPAR, órgão do Estado credenciado para realizar certificação auditada. Esta rede atua na capacitação de profissionais qualificados com conhecimentos atualizados e na assessoria aos agricultores familiares, quanto à adequação ao quadro legislativo. Na primeira fase do programa, entre janeiro de 2010 e julho de 2011, foram certificadas em torno de 200 unidades. Na segunda fase do projeto, com início na metade de 2012 e previsão de término para meados de 2015, foram incorporadas a certificação participativa e as organizações de controle social. Os profissionais do programa vão integrando-se com os mais diversos atores do setor, devendo adaptar-se a diversas realidades para fortalecer a agricultura orgânica paranaense.

**Palavras-Chave:** agricultura orgânica; extensão rural; agricultura familiar.

**Abstract:** The Parana State by the "Organic Certification Program of Paraná" created a network certification, in partnership with public universities and TECPAR as the certification body of the State. This network advises farmers adapting them to the legislative framework and trains qualified professionals with updated knowledge. In the first phase of the program, between January 2010 and July 2011, around 200 units were certified. The second phase of the program began in mid-2012, will be extended until mid-2015, and is opened to the participative certification and social control organizations. The State University of western Parana group that operates in the western region of the state participated in the first phase and is participating in the second.

**Keywords:** organic farming; rural development; family farming.

### **Contexto**

Por respeitarem as regras de produção ecológica e terem seus produtos qualitativamente certificados, os agricultores familiares ganham inúmeros benefícios. Além de uma melhoria na qualidade de vida, conseguem conquistar preços diferenciados e acessar novos mercados. O próprio processo de certificação acaba tornando a produção tecnicamente mais eficiente, pois exige um planejamento e um controle das atividades, resultando em disciplina e racionalização.

Na outra ponta da cadeia, pesquisas apontam que os consumidores de alimentos orgânicos focalizam-se na saúde, procurando produtos livres de agrotóxicos. Neste

contexto, a rastreabilidade dos produtos orgânicos por meio da certificação, reveste-se de fundamental importância, tanto para proteger produtores ecológicos quanto para assegurar a qualidade dos produtos aos consumidores.

Atualmente no Brasil, existem três mecanismos para garantir a qualidade do produto orgânico: o controle social na venda direta, o sistema participativo de garantia (SPG) e a certificação por auditoria (Andrade & Bertoldi, 2012). Apesar da dificuldade de se obter números consolidados de produtores orgânicos no estado do Paraná, avalia-se segundo dados da EMATER, da SEAB e do DERAL, que há em torno de 7 mil propriedades produzindo produtos orgânicos. Destes 7 mil, apenas 419 agricultores, ou seja, 6% estão cadastrados no Ministério da Agricultura e, portanto, certificados no final de maio de 2013.

Vários estudos na área apontam que o mercado de orgânicos está se consolidando, mas que a produção não acompanha a demanda. Há uma carência de produção, o que contribui para manter os produtos orgânicos em um nicho de mercado muito limitado, com preços inacessíveis para a maioria da população. Um dos gargalos reside na escassez de profissionais que consigam responder a todas as exigências da cadeia orgânica, desde os conceitos mais básicos de sustentabilidade até o domínio da legislação que regula a produção orgânica no Brasil.

Com base nestas carências do setor, o governo do estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) em parceria com oito instituições de Ensino Superior e o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), criou o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO) em 2009, implantando uma rede de apoio à agricultura orgânica, com capacitação profissional para o setor e assistência aos agricultores familiares quanto ao processo de certificação auditada de produção orgânica, sem custos diretos.

O objetivo desse trabalho é relatar a experiência e a metodologia adotadas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) para a certificação de produtos orgânicos na primeira fase do programa entre 2009 e 2011 assim como na segunda fase do programa que está em andamento desde novembro de 2012.

### **Descrição da experiência**

As ações começaram em ambas as fases, com a formação dos núcleos regionais de certificação em cada uma das oito Instituições de Ensino Superior (IES) distribuídas no Estado, com docentes, bolsistas profissionais e, na segunda fase, incluindo bolsistas graduandos.

A capacitação e qualificação dos bolsistas deu-se por meio de cursos de formação de Auditores de Sistemas Orgânicos de Produção, com base na legislação em vigor e nas boas práticas de auditoria da ABNT NBR ISO 19011. Na primeira fase, foram realizados também cursos básicos de capacitação em agricultura orgânica ministrados pelo SENAR e na segunda fase foi realizado um único curso até o

momento, ministrado por docentes e bolsistas do próprio PPCPO, com participação de todos os núcleos. Esses tiveram por objetivo nivelar os conhecimentos dos profissionais envolvidos no programa, uma vez que provem de formações acadêmicas diferentes: engenharia agrônoma, engenharia de alimentos, economia, medicina veterinária, zootecnia, biologia e engenharia de pesca.

Os núcleos das Universidades, após verificar o perfil dos agricultores visitados, realizam os estudos de caso que, se indicarem possibilidade de adequação à legislação, são encaminhados ao TECPAR. Se o parecer emitido por este órgão for favorável, o núcleo orienta tecnicamente o produtor para que o sistema seja adequado às normas legais que regem a produção de orgânicos. São agendadas as auditorias de certificação, realizadas por bolsistas de outra região para evitar conflitos de interesse. Caso houver situações de “não-conformidades”, ações corretivas devem ser planejadas, avaliadas e validadas na tentativa de possibilitar a certificação ao agricultor.



Na região oeste do Paraná, há mais de dez anos está se construindo uma rede de apoio à agroecologia formada por instituições públicas de pesquisa, de ensino ou de extensão rural. O IAPAR, a UNIOESTE e a EMATER são interligados a cooperativas e ONGs que apoiam a produção e a comercialização dos agricultores agroecológicos, como a Biolabore (Cooperativa de trabalho e assistência técnica do Paraná), o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), o Instituto Maytenus e ainda a COOPERFAM (Cooperativa Agroecológica e da Indústria Familiar). Além destas organizações, vale ressaltar a influência da ITAIPU-Binacional que, por meio do programa Cultivando Água Boa, apoia de várias formas essa rede.

Dessa forma, o núcleo da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon - atende à região oeste do Estado e interage com os atores já presentes. Assim, o núcleo da UNIOESTE atinge produtores que já produzem ecologicamente e que

recebem assistência técnica em produção ecológica. Conseqüentemente, a responsabilidade do núcleo da UNIOESTE é assegurar uma assistência com foco na mais atual legislação e nem tanto nas técnicas, fazer a mediação entre o TECPAR e os outros núcleos, assim que realizar auditorias em outras regiões do Estado.

Frustrações e decepções ocorreram ao término da primeira fase do programa, pois foram encerrados os contratos e os produtores perderam a gratuidade da certificação. No âmbito de reduzir este problema, a segunda fase do programa tomou um rumo mais aberto. Assim sendo, os bolsistas receberam nesta segunda fase, uma formação em extensão rural para serem capazes de orientar e ajudar os produtores a integrar um sistema participativo de certificação ou formar uma organização de controle social.

## **Resultados**

Desde janeiro de 2010, os profissionais do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos vão integrando-se com os mais diversos atores do setor, fortalecendo a agricultura orgânica paranaense.

O programa assim organizado promove a formação de profissionais distintos tornando-se estes tanto extensionistas quanto auditores. Os bolsistas acompanham e assessoram os agricultores familiares nas questões da produção, da transformação, do transporte e da comercialização nos mais atuais regulamentos legislativos. Por outro lado, os bolsistas desenvolveram capacidades e posturas de auditores que coletam informações e atuam na prevenção de irregularidades de forma imparcial e objetiva.

Durante a primeira fase, foram realizados 89 estudos de caso em municípios da região oeste do Paraná, perfazendo um total de 79 propriedades, sendo as mesmas subdivididas em produção vegetal, animal e agroindústria. A fruticultura e a produção de hortaliças foram predominantes, com apresentação de 35 e 26%, respectivamente, nas propriedades visitadas. Na produção animal, o número de propriedades visitadas com demanda para a produção orgânica foi bem menor. Foram emitidos 18 certificados nesta primeira fase. Atualmente, na segunda fase do programa, foram visitados prioritariamente os produtores que foram certificados durante a primeira fase, contando 25 estudos de caso em 22 propriedades. Os principais entraves para certificação orgânica são a ausência de barreiras de proteção permitindo isolar os talhões de produção orgânica. É notável também o baixo nível de autonomia dos produtores em relação ao plano de manejo e a manutenção dos registros.

No que diz respeito ao Estado do Paraná, durante a primeira fase do programa, entre janeiro de 2010 e julho de 2011, foram certificadas em torno de 200 unidades de produção/processamento. A maioria dos agricultores certificados na fase I do programa desistiu da certificação por questões financeiras. Poucos adotaram um sistema de controle menos custoso (Organização de Controle Social ou Sistema

Participativo de Garantia). Na segunda fase do projeto, pretende-se recertificar essas 200 unidades e atingir pelo menos 400 novas unidades. Levando em consideração, que a grande parte dos produtores que foram certificados durante a primeira fase não está mais certificada e não consta no último cadastro nacional do Ministério, a abrangência do PPCPO é mais do que significativa pois o número de produtores certificados no Paraná poderia graças ao programa passar de 419 a mais de 1000.

A adoção e o reconhecimento legal no Brasil do controle social para venda direta e da certificação participativa resultam de uma longa reivindicação por movimentos sociais. Esses mesmos movimentos promovem uma certificação solidária sem custos, questionam o sistema perito adotado internacionalmente representado pela certificação por auditoria e defendem uma agricultura ecológica baseada em princípios ideológicos e políticos. Assim sendo, a certificação participativa, representada no sul do Brasil pela Rede ECOVIDA, carrega um diferencial social e político que extrapola o caráter puramente técnico do movimento orgânico. Segundo Brancher (2004), parte dos agricultores prefere a certificação auditada, pois a certificação participativa por um lado exclui aqueles que não aderem à causa sociopolítica e por outro lado diminui os retornos financeiros devido aos laços comunitários. A questão da certificação de orgânicos no Brasil sintetiza essa dicotomia onde a própria agroecologia parece absorver e defender valores ideológicos, sociais e políticos que se diferenciam da agricultura orgânica.

Incentivando os bolsistas a não se restringir a certificação auditada, o programa considera que os bolsistas estejam acostumados com a dicotomia do sistema perito brasileiro. Isso não é tão garantido, pois os bolsistas devem entender muito bem o contexto, ter empatia e apatia nas doses adequadas para analisar o perfil dos agricultores e orientá-los. Surgem, também, algumas divergências importantes no próprio programa que dificilmente serão assumidas e dominadas por todos os participantes. Uma parte defende o lado da militância agroecológica social e política, enquanto outra defende o lado mais técnico e comercial do setor orgânico, fato que acaba sendo interessante, pois o programa pode atender melhor aos agricultores segundo o perfil de cada um deles. No entanto, tal prerrogativa também pode constituir um desafio no que diz respeito a um trabalho imparcial que não privilegie nenhum dos dois lados.

#### **Referências bibliográficas:**

ANDRADE, L. M. S.; BERTOLDI, M. C. B. Atitudes e motivações em relação ao consumo de alimentos orgânicos em Belo Horizonte – MG. Food Technology, IV SSA, , maio 2012. p. 31-40

BRANCHER, P.C. As faces da certificação de produtos orgânicos no Brasil: O caso do mercado da Região Metropolitana de Curitiba – PR. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá - MT. **Anais...** Cuiabá: UFMT/SOBER, 2004.